



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0017159-53.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Rafael Almeida Pinheiro**
 Requerido: **Carrefour Comércio e Indústria Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré em obrigação de lhe vender produto de determinado modelo, pelo preço e condições anunciados em um dos seus estabelecimentos comerciais.

Extraí-se dos autos que o autor, ao visitar uma filial da ré, deparou-se com o anúncio promocional de um televisor da marca Samsung 46” LED – 3D, pelo preço de R\$ 2.199,00, interessando-se pela aquisição de um exemplar do referido aparelho.

Porém, ao entrar em contato com o gerente do estabelecimento, foi por este informado que a oferta anunciada era em relação a outro produto, que não aquele que o autor pensava ser e que não seria possível atender à sua pretensão.

Diante disso o autor procurou resolver a questão junto ao PROCON, onde também não encontrou solução para o empenho criado.

Em defesa a ré concluiu não haver qualquer irregularidade na sua conduta, eis que o anúncio promocional do televisor era suficientemente claro e preciso, não deixando dúvidas em relação ao produto que estava



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

sendo vendido pelo preço e condições anunciados.

Reputo que os aspectos fáticos trazidos à colação não despertam controvérsias, sendo improcedência do pedido a medida que se impõe.

Tornou-se comum e corriqueiro hoje em dia ao adentrarmos em grandes magazines, que comercializam produtos eletrônicos da espécie, nos depararmos com uma extensa quantidade de aparelhos em exposição, sempre ligados com o intuito de chamar a atenção dos consumidores, induzindo-os a adquiri-los.

Não raro também constatamos a existência de cartazes, faixas ou outros tipos de informes despertando a atenção dos consumidores a promoções de determinados produtos.

Para tais situações o Código de Defesa do Consumidor disciplina a maneira correta de se veicular referidos anúncios, de modo a não se dar margens a interpretações duvidosas em relação ao produto que se está promovendo em face dos demais que porventura estejam em exposição no mesmo ambiente.

É primordial a caracterização inequívoca com a individualização do produto, preço, condições de pagamento e tempo da promoção, dentre outras coisas. O dever de informar deve preencher três requisitos: adequação – suficiência – veracidade.

No caso em apreço, as imagens amealhadas pelo autor à fls. 10/15 anunciam a oferta de uma TV 46”, LED, Samsung, pelo preço de R\$ 2.199,00, dividido em 24 parcelas de R\$ 91,62, sem juros, no cartão Carrefour, afixado na caixa de uma TV, da mesma marca que a da promoção, porém com a indicação “3D” em seu canto inferior direito.

Ressalto que, apesar de o anúncio estar afixado na caixa de um produto dotado da tecnologia “3D”, nada há nele que remeta à ideia de que o televisor, objeto da promoção, seja aquele que se encontre acondicionado em referido recipiente.

Nesse sentido, os detalhes das imagens juntadas às fls. 10 e 14 revelam com clareza suficiente que a TV, cuja promoção se anuncia, e que provavelmente seja aquela que está em funcionamento, não possui o recurso de projeção “3D” acima mencionado.

Não obstante se reconheça que a oferta realmente vincula o produto (CDC – art. 30), esse caráter de vinculação desaparece em casos de erro grosseiro porque preponderam então, como sói acontecer, os princípios do equilíbrio contratual e da boa-fé objetiva (CDC – art. 4º, inc. III) sobre os termos da oferta, o que não se aplica ao caso em apreço, pois, o anúncio é específico e define com exatidão o produto posto à venda na promoção.

É de se concluir, portanto, que referida embalagem tenha sido utilizada única exclusivamente com a finalidade de apoiar, colocar em destaque aquele outro televisor cuja promoção de fazia anunciar, e não o contrário, como entendeu o autor, a quem incumbia a obrigação de fazer prova inequívoca das suas alegações, conforme lhe impõe o artigo 333, I, do Código de Processo Civil.

Nada há qualquer indício nos autos que aponte o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

descumprimento do disposto nos artigos 36 e 37 do Código de Defesa do Consumidor, que venham a dar guarida ao reclamo do autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA